

Carlos Menandro



Na reunião, a bancada não chegou a um acordo sobre o tempo do mandato nem a data das eleições

Autonomia, único ponto que une a bancada do DF

Os parlamentares da bancada de Brasília no Congresso não chegaram, na reunião de ontem, a um consenso sobre a data de eleição e a duração do mandato do primeiro governador eleito do Distrito Federal e dos 24 membros da Assembléia Legislativa. Só a deputada Maria de Lourdes Abadia (PFL) não compareceu à reunião, na qual o único ponto fechado foi a manutenção do artigo sobre a autonomia do DF no texto constitucional. Mas nenhum dos dez presentes acredita que o avanço do "Centrão" coloque em risco a autonomia aprovada pela Comissão de Sistematização.

Apesar de não ter havido consenso sobre a data de eleição do governador, a maioria dos parlamentares quer que o pleito seja realizado o mais rápido possível. Somente os deputados Waldir Campelo (PFL) e Francisco Carneiro (PMDB) querem eleições em 1990, quando serão eleitos os governadores dos outros estados.

O eixo de discussão dos parlamentares girou em torno da adesão à emenda do deputado José Richa (PMDB-PR), que prevê eleição para governador do DF coincidente com a do presidente da República, ou ao que foi aprovado pela Comissão de Sistematização, isto é, eleição em 88 para um mandato-tampão de dois anos e depois novo pleito.

A dificuldade dos parlamentares para tomar uma posição estava na dúvida de duração do mandato presidencial. Se for mantido o período de quatro anos para o

mandato do presidente Sarney, conforme ficou aprovado pela Sistematização, não há problemas, já que a maioria da bancada quer eleições em 88. Agora, se o plenário prolongar por mais um ano o mandato, será mais difícil um consenso.

Pela coincidência

A deputada Márcia Kubitschek (PMDB), que defende eleições coincidentes com a do presidente, acha que é melhor esperar a definição do mandato presidencial para fechar a questão. Segundo ela, o novo governador de Brasília tem que ser do mesmo partido do presidente porque a cidade é dependente da União. "Brasília vai virar um caos, se não houver sintonia", prevê a deputada. Márcia Kubitschek, da mesma forma que os deputados defensores da eleição em 90, quer que o substituto do governador José Aparecido seja indicado e fique até que se realize as eleições presidenciais.

Já o senador Maurício Corrêa, assim como Márcia Kubitschek e o senador Meira Filho (PMDB), quer eleição coincidente com a do presidente. Isto se o plenário referendar o mandato de quatro anos para o presidente da República, conforme definiu a Comissão de Sistematização. Caso o plenário dê cinco anos para o presidente Sarney, o senador defenderá eleições em 88 para um mandato-tampão de dois anos e novo pleito em 90.

O senador Pompeu de Souza (PMDB) acha que devem ser feitas quantas eleições forem necessárias. "Só não será admissível um novo governador biônico, o povo quer

votar", garantiu. O senador é do grupo que defende o artigo aprovado pela Sistematização que prevê eleição em 88 para um mandato-tampão de dois anos e novas eleições em 1990. Com ele, estão os deputados Augusto Carvalho (PCB), Sigmaringa Seixas (PMDB), Geraldo Campos PMDB e Jofran Frejat (PFL).

Contra a coincidência

Enquanto o senador Pompeu de Souza acha que o mandato de dois anos é suficiente para que o governante promova a transição de institucionalização política, jurídica e sócio-econômica da cidade, ou deputados Waldir Campelo e Francisco Carneiro discordam. Apesar de também fecharem com a eleição do governador do DF com as dos demais estados, eles acham que o tempo é curto demais. "Ao invés de mandato-tampão, deveria se nomear um governador que, com a ajuda dos membros da comunidade, elaborasse a lei orgânica do DF", sugere Waldir Campelo. Já Francisco Carneiro acha que, neste período, poderia ser feita uma reforma tributária, entre outras reformas necessárias para a autonomia do DF. Segundo o deputado, uma eleição agora demandaria uma despesa enorme, que não se justificaria pelo curto período do mandato dos eleitos.

Os 11 parlamentares voltam a se reunir hoje, às 10h00, para tentar unificar a posição da bancada de Brasília quanto à primeira eleição direta do governador do DF.

Onze nomes em busca de definição

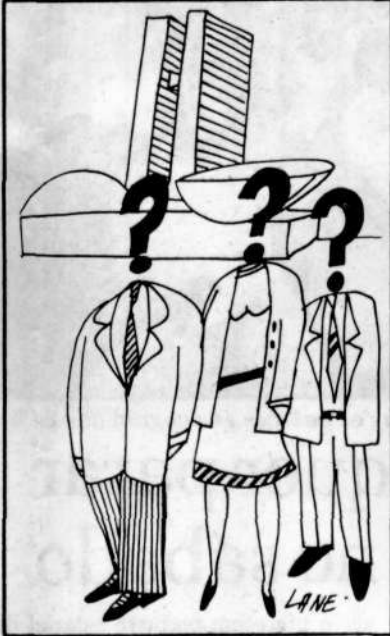
Malu Pires

Não existe consenso na bancada do DF no Congresso em relação à data de eleição e o tempo de mandato para o governador a ser eleito por Brasília e muito menos sobre os assuntos econômicos e sociais do País. As opiniões dos parlamentares reproduzem um verdadeiro "balaio de gatos", tecido em meio a plataformas eleitorais, compromissos políticos com as bases e com os partidos e projetos de carreira política.

Uma definição sobre o perfil político dos parlamentares do DF só virá com a votação em plenário do anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização, quando, através do voto, mostrarão o que pensam. Enquanto isto não acontece, as opiniões dos constituintes de Brasília formam uma colcha de retalhos que impede de definir se, no geral, a bancada pode ser considerada progressista ou moderada.

Numa primeira abordagem pode-se dividir a bancada em dois grupos. O de posições consideradas de esquerda é formado pelos senadores Pompeu de Souza (PMDB), Maurício Corrêa (PDT) e pelos deputados Augusto Carvalho (PCB), Sigmaringa Seixas (PMDB), Geraldo Campos (PMDB) e Maria de Lourdes Abadia (PFL). Os moderados são os deputados Francisco Carneiro (PMDB), Márcia Kubitschek (PMDB), Jofran Frejat (PFL) e Valmir Campelo (PFL) e o senador Meira Filho (PMDB).

Esta divisão, entretanto, não pode ser levada ao pé da letra, já que os que tiveram condições de votar na Comissão de Sistematização foram os deputados Sigmaringa Seixas, como titular, e Jofran Frejat e Valmir Campelo, como suplentes. O que se pode observar pelo comportamento destes parlamentares nas votações da comissão é que, enquanto Sigmaringa Seixas votava com a esquerda, Valmir Campelo adquiriu um comportamento de centro-esquerda e Jofran Frejat de centro-direita.



Definições no Centrão

No episódio do Centrão, mais três parlamentares se definiram politicamente: o senador Meira Filho e os deputados Francisco Carneiro e Márcia Kubitschek. Como o propósito do Centrão é o de realizar mudanças nas áreas econômicas e sociais, evitando a radicalização, que constam do anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização, supõe-se que estes parlamentares sejam os moderados da bancada.

A definição de um moderado da bancada do DF é algo caótica, assim como a de um progressista. Pelas opiniões já externadas pelos parlamentares, nota-se que os constituintes de Brasília, ficam entre uma ala e a outra, exceção feita aos deputados Augusto Carvalho e Geraldo Campos, os únicos com nítido perfil de esquerda.

Para efeito de definição, considera-se um parlamentar de esquerda o que defende a reforma agrária com imissão imediata da posse, o mandato para o presidente José Sarney e seu sucessor de quatro anos, o parlamentarismo e a descriminalização do aborto. Além disso, defendem o monopólio total

do petróleo, a reserva de informática, o conceito atual de empresa brasileira, o mandato-tampão de dois anos para governador do DF, a estabilidade no emprego e os demais benefícios aos trabalhadores que constam do projeto da Comissão de Sistematização.

Linha de esquerda

Só os deputados Augusto Carvalho e Geraldo Campos defendem todas estas bandeiras de esquerda, o restante da bancada se posiciona dubiamente. O deputado Sigmaringa Seixas e o senador Pompeu de Souza votam com a maioria das bandeiras de esquerda, menos com a descriminalização do aborto. O senador Maurício Corrêa é contra o parlamentarismo, a descriminalização do aborto, mandato tampão para o primeiro governador do DF e gestão de quatro anos para o sucessor do Presidente. Já Maria de Lourdes Abadia é contra a descriminalização e mandato de quatro anos para o sucessor de José Sarney.

Moderados

A confusão se amplia em relação aos moderados. Valmir Campelo é contra o mandato-tampão e a descriminalização do aborto, mas a favor das outras bandeiras de esquerda. Jofran Frejat é contra apenas a descriminalização do aborto. Márcia Kubitschek é contra o mandato tampão e a favor da retirada dos "excessos cometidos nas áreas econômica e social, que inviabilizem o País economicamente", mas defende a reforma agrária, a reserva de informática e o monopólio do petróleo. Sua posição é a mesma de Francisco Carneiro e a posição do senador Meira Filho é desconhecida, acerca da maioria destes assuntos.

Este quadro põe em evidência a fragilidade ideológica tanto do PMDB como do PFL. E, como consequência deste contexto, é esperado, para após a promulgação da nova Constituição, a mudança de parlamentares de partido. Já manifestaram seu desejo neste sentido Pompeu de Souza, Sigmaringa Seixas, Geraldo Campos, Maria de Lourdes Abadia.

Tampão pode ser afastado pelas diretas

O mandato tampão para governador do Distrito Federal, fixado no projeto aprovado pela Comissão de Sistematização, pode ser sacrificado num entendimento que assegure as eleições diretas em 88. A opinião é do deputado Sigmaringa Seixas (PMDB) que acredita nesta alternativa como uma das formas de unir a bancada do DF no Congresso em torno da eleição para governador no próximo ano.

Sigmaringa, juntamente com os deputados Geraldo Campos (PMDB), Augusto de Carvalho (PCB) e o senador Pompeu de Souza (PMDB), defende o mandato tampão de dois anos para o sucessor de José Aparecido, o que tem encontrado resistência nas opiniões do senador Maurício Corrêa (PDT) — partidário da coincidência com o mandato do Presidente da República, ou seja, cinco anos — e do deputado Valmir Campelo (PFL) — favorável as eleições apenas em 1990.

Ontem, depois de participar da reunião da bancada do DF — específica para discutir a questão do mandato do governador — Sigmaringa explicou que o encontro serviu para que cada parlamentar se posicionasse, afirmando que em última hipótese "o mandato tampão, ou mesmo a coincidência com a eleição para Presidente da República é negociável".

Na análise do deputado, o mais importante e imprescindível é a manutenção da autonomia do Distrito Federal conquistada já no projeto de Constituição e as eleições diretas em 1988. A opinião de Sigmaringa é compartilhada, também, pelo senador Pompeu de Souza que só admite a derrubada do mandato tampão, se isso significar "a própria perda da autonomia".

Saída

Sigmaringa, Pompeu e Geraldo Campos — todos do PMDB — compõem, ainda, o chamado grupo "autêntico", dentro do partido. O grupo ultimamente vem demonstrando descontentamento com o que eles chamam de distanciamento do PMDB com os compromissos assumidos historicamente.

O deputado reconheceu que há muita divergência dentro do partido, mas ressaltou que a retomada com os compromissos ainda é possível. As principais bandeiras do PMDB são: eleições diretas em 88, reforma agrária, aceleração da redemocratização do País, moratória e a justa distribuição de renda. "O partido precisa retomar estes compromissos", concluiu Sigmaringa.

Arquivo 29/04/87



Bruno: precisamos de 18%

Constituinte decide plano educacional

A implantação de todo o Plano Quadrienal de Educação, que pretende mudar até 1990 a estrutura do ensino de primeiro e segundo graus no Distrito Federal, está condicionada a aprovação pela Constituinte de 18% do Orçamento da União para a educação. Foi o que revelou, ontem, o Secretário de Educação, Fábio Bruno, durante solenidade de entrega ao Conselho de Educação do DF dos 14 projetos elaborados a partir de consultas à comunidade, que serão incluídos no Plano Quadrienal.

De acordo com Fábio Bruno, o plano prevê a reforma e a construção de novas salas de aula, para o que serão necessários, até 1990, Cz\$ 9 bilhões. "Temos consciência de que o mais difícil, na atual conjuntura, é conseguir verbas. A única saída é lutar pela aprovação dos 18%, pois o Plano de Ação Governamental (PAG) do Governo Federal dispõe de apenas Cz\$ 141 bilhões para atender a todos os estados e ao DF até 1991", disse Fábio Bruno.

Projetos

Os 14 projetos entregues ontem ao Conselho de Educação foram elaborados por dez comissões regionais, instaladas no Plano Piloto e cidades-satélites. Depois desta etapa, os relatórios, contendo cerca de 140 sugestões, passaram pela análise de uma comissão intermediária, que compatibilizou as idéias, e enviou o estudo à comissão central, que fez o texto final dos projetos regionais.

Turnos

Segundo o professor Raimundo Góes, presidente da comissão central, as principais mudanças sugeridas nos projetos são a eliminação do turno intermediário (horário escolar compreendido entre as 11h00 e às 15h00), a ampliação e reforma da rede física do ensino público e o resgate das escolas-classe, centros de ensino e centros educacionais.